

Rui Barbosa e o quilombo do Leblon (Uma Investigação de História Cultural)*

Eduardo Silva

TERIA RUI BARBOSA, O PALADINO DA LEI, PARTICIPADO do acoitamento de escravos fugidos, ou, mais precisamente, da retaguarda social do quilombo do Leblon? O presente trabalho pretende investigar exatamente esta interessante - para alguns até desconcertante - hipótese, dentro do campo da história cultural, ou das mentalidades. Para bem cumprir a tarefa, dividimos o texto em quatro momentos distintos. Num primeiro momento, examinamos o surgimento, na década de 1880, de um novo paradigma de resistência à escravidão, enfocando, em especial, o

* Uma primeira versão desta pesquisa foi lida na Fundação Casa de Rui Barbosa, em reunião do Setor de História, no dia 20 de outubro de 1998; e, a 11 de novembro, no Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro. A mesma versão foi parcialmente publicada no Caderno Idéias, do Jornal do Brasil de 21 de novembro, e republicada no mensário Redenção; Jornal da Irmandade de Nossa Senhora do Rosário e São Benedito dos Homens Pretos (Negros) do Rio de Janeiro, de dezembro de 1998. Uma investigação como esta não teria a mínima chance de êxito sem a assistência técnica (no caso, especializadíssima) de meus colegas do Museu Casa de Rui Barbosa e dos setores de História, Arquivo, Biblioteca e Ruiano. Preciso agradecer, em especial, pela recorrência das consultas, a Rejane Mendes Moreira de Almeida Magalhães, do Setor Ruiano; a Maria Lúcia Ludolf, do Arquivo Histórico, e a Cláudia Barbosa Reis, do Museu. Os estudantes de História Priscila Mancuso e Luiz Alberto Couceiro auxiliaram muito eficazmente na coleta de dados. O historiador Homero Senna e o escritor Antônio Carlos Villaça, ruístas consagrados, acompanharam cada fase da pesquisa e animaram o autor com bons conselhos. O presidente da FCRB, Mario Brockmann Machado; o Diretor Executivo, Luiz Eduardo Conde; a Diretora do Centro de Pesquisas, Rachel Teixeira Valença; e a Chefe do Setor de História, Isabel Lustosa, garantiram o apoio institucional e o bom clima acadêmico. Trabalho publicado em Isabel Lustosa et al. Estudos históricos sobre Rui Barbosa. Rio de Janeiro: Edições Casa de Rui Barbosa, 2000.

quilombo do Leblon, nos arredores da cidade do Rio de Janeiro. Depois, examinamos um ponto-chave da semiótica do movimento abolicionista, a hoje insuspeita *camellia japonica*, e suas possíveis sobrevivências no jardim da Fundação Casa de Rui Barbosa. No terceiro momento, procuramos abordar o pensamento e a práxis abolicionista de Rui Barbosa, vis-à-vis das idéias e práxis que presidem à bem montada - e secreta - rede de apoio político aos quilombos, cujo quartel-general ficava na Rua do Ouvidor, em algum ponto entre a Confederação Abolicionista e a redação da Gazeta da Tarde. Por último, procuramos recuperar as possíveis relações de amizade e/ou políticas entre um certo José de Seixas Magalhães, o chefe do quilombo do Leblon, e o intelectual Rui Barbosa, um dos ícones da inteligência brasileira, conselheiro do Império, senador pela Bahia, ministro da República. Esperamos que a presente investigação possa contribuir, ainda que de forma periférica, para o debate mais atual sobre a abolição da escravatura no Brasil e seus prolongamentos estruturais, como a chamada "queima dos arquivos".

"Quilombo Abolicionista": um quilombo historicamente novo

A crise final da escravidão, no Brasil, deu lugar ao aparecimento de um modelo novo de resistência, a que podemos chamar quilombo abolicionista. No modelo tradicional de resistência à escravidão, o quilombo-rompimento, a tendência dominante era a política do esconderijo e do segredo de guerra. Por isso, esforçam-se os quilombolas exatamente em proteger seu dia-a-dia, sua organização interna e suas lideranças de todo tipo de inimigo ou forasteiro, inclusive, depois, os historiadores. Já no modelo novo de resistência, o quilombo abolicionista, as lideranças são muito bem conhecidas, cidadãos prestantes, com documentação civil em dia e, principalmente, muito bem articulados politicamente. Não mais os poderosos guerreiros do modelo anterior, mas um tipo novo de liderança, uma espécie de instância de intermediação entre a comunidade de fugitivos e a sociedade envolvente. Sabemos hoje que a existência de um quilombo inteiramente isolado foi coisa rara. Mas, no caso dos quilombos abolicionistas, os contatos com a sociedade são tantos e

tão essenciais que o quilombo aparece já internalizado, parte do jogo político da sociedade mais ampla.

O quilombo do Jabaquara - talvez a maior colônia de fugitivos da história - é um bom exemplo do novo paradigma de resistência. O quilombo organiza-se em torno da "casa de campo de um abolicionista" e os quilombolas erguem seus barracos com dinheiro recolhido entre pessoas de bem e comerciantes de Santos. A população local, inclusive as senhoras de bom nome, protege o quilombo das investidas policiais e parece fazer disso um verdadeiro padrão de glória. Quintino de Lacerda, o chefe do quilombo, levou uma vida bastante confortável e morreu relativamente rico, deixando extensa lista de bens, móveis e imóveis, para seus herdeiros, incluindo um pequeno tesouro amalhado em jóias de ouro e moedas de prata. Quintino não era um guerreiro no mesmo sentido que o foi Zumbi de Palmares, o indomável general. Era um homem de sucesso, um administrador, articulador político, líder, intermediário, enfim, entre o quilombo e a sociedade envolvente. Proclamada a República, Quintino continuaria sua liderança incontestada na área do porto. Na greve de 1891, organizou com seus guerreiros o famoso "Batalhão Silva Jardim", o republicanismo mais puro em defesa da lei e da ordem. Em 1893, por ocasião da Revolta da Armada, ofereceu Quintino de Lacerda importante apoio ao presidente da República, General Floriano Peixoto, sendo por isso condecorado major honorário do Exército. Em 1895, com o voto em peso do Jabaquara, e em flagrante desacordo com a política local, foi eleito vereador da Câmara Municipal de Santos.¹

¹ A citação encontra-se em Silva Jardim, *Memórias e Viagens; campanha de um propagandista (1887-1890)*. Lisboa: Typ. da Comp. Nacional Editora, 1891, p. 87-88. A figura histórica de Quintino de Lacerda ainda está a merecer pesquisa mais específica. Sobre o quilombo do Jabaquara, ver ainda: Castan [pseud. Elisário Castanho], *Cenas da Abolição*. São Paulo: Typ. Papelaria Americana, 1921, p. 70 e segs.; Francisco Martins dos Santos, *História de Santos (1532-1936)*. São Paulo: Revista dos Tribunais, 1937, vol. 2, p. 1-59; Afonso Schmidt, *A Marcha; romance da Abolição*. S.l.: Editora Anchieta, 1941; Ana Lúcia Duarte

Sobre o quilombo do Leblon, no Rio de Janeiro, as notícias são ainda mais surpreendentes. A começar por seu idealizador, ou chefe, que era o português José de Seixas Magalhães. Os quilombolas não demonstram qualquer indício de preconceito racial. Também o Seixas parece um homem de idéias avançadas, dedicando-se à fabricação e comércio de malas e objetos de viagem, na Rua Gonçalves Dias, no centro, onde já utilizava os mais modernos recursos tecnológicos. Suas malas, feitas com máquina a vapor, eram reconhecidas pelo mundo afora, e mereceram prêmios tanto na Exposição do Rio de Janeiro quanto na Exposição de Viena d'Áustria.²

Além de sua fábrica a vapor, o Seixas investia pesado em terras na zona sul, possuindo uma chácara no Leblon, onde cultivava flores com o auxílio de escravos fugidos. Seixas ajudava os fugitivos e os escondia na chácara do Leblon, com a cumplicidade dos principais abolicionistas da capital do Império, muitos deles membros proeminentes da Confederação Abolicionista. A chácara do Seixas era conhecida mais ou menos abertamente como o "quilombo Leblond", "quilombo Le Blon" ou "quilombo do Leblon", então um remoto e ortograficamente ainda incerto subúrbio à beira-mar. Era, digamos, um quilombo

Lanna, Uma Cidade na Transição: Santos (1870-1912). São Paulo/Santos: Hucitec; Prefeitura Municipal de Santos, 1996, p. 192 e segs.

² Cf. Almanak Administrativo, Mercantil e Industrial do Império do Brasil para 1888. Rio de Janeiro: Eduardo von Laemmert, 1888, p. 2108. Anúncio de página inteira, com clichê: "José de Seixas Magalhães / Fábrica de Malas / Segurança, Perfeição e elegância em seus produtos / Premiado nas Exposições do Brasil e Viena d'Áustria / completo sortimento de malas, de todas as qualidades, bolsas, sacos, cadeiras, estojos, binóculos, indispensáveis / o que há de mais sólido e perfeito / Oficinas a Vapor / Rua de Gonçalves Dias, 50." Ver ainda: Arquivo Nacional, Junta Comercial do Rio de Janeiro. Seixas Magalhães e Cia. Livro 261, Regimento 37075, 22 de fev. 1892. Ibidem, Livro 10, Regimento 1188, 19 abr. 1892. Ibidem, Livro 313, Regimento 42218, 21 nov. 1895.

simbólico, feito para produzir objetos simbólicos. Era lá, exatamente, que o Seixas cultivava suas famosas camélias, o símbolo por excelência do movimento abolicionista.³

Naquela época, a *camellia japonica* era uma planta relativamente rara no Brasil, introduzida no Rio de Janeiro fazia uns 60 anos, se tanto. Exatamente como a liberdade que se pretendia conquistar, a camélia não era uma flor dessas comuns, naturais da terra e encontradas soltas na natureza. Era, pelo contrário, uma flor delicada, especial, nova, estrangeira, cheia de melindres com o sol, que requeria ambiente, know-how, relações de produção, técnicas de cultivo e cuidados muitíssimo especiais. Para cuidar das camélias, somente um trabalhador livre de todas as amarras. Em 1897, quase dez anos depois da Abolição, o poeta Olavo Bilac ainda contrapunha as "flores da mata", a nossa natureza comum daqui mesmo, às sofisticadas camélias, símbolos de refinamento e civilização. "Aí tens tu, leitor amigo, as flores da mata... Se não as queres, aqui tens as camélias

³ A ligação dos quilombos do Leblon e do Jabaquara com a Confederação Abolicionista é revelada por vários contemporâneos bem informados, como, por exemplo, Coelho Neto, *A Conquista* (episódio da vida literária). Rio de Janeiro: Laemmert, 1899, p. 280-88: "Justamente nesse tempo a campanha abolicionista chegara à sua maior intensidade. À luz do sol, nas ruas, concitava-se à revolta; para os lados da Gávea, em frente ao mar livre, havia um quilombo mantido pela Confederação Abolicionista e, no escritório da *Gazeta da Tarde*, que era o grande homizio de Cã, negros e negras sentados melancolicamente, fumavam esperando que lhes dessem destino." Ou ainda Osório Duque-Estrada. *A Abolição; esboço histórico, 1831-1888*, com prefácio de Rui Barbosa. Rio de Janeiro: Leite Ribeiro & Murillo, 1918, p. 102: "Para esconderijo dos escravos fugidos ou roubados pelos abolicionistas, fundaram-se dous grandes quilombos: um na chácara Leblon, na Gávea, dirigido por Seixas Magalhães, e o de Jabaquara, em Santos, pelo negro carregador de café Quintino de Lacerda, por Santos Garrafão [também Português, como o Seixas, era o segundo homem do Jabaquara] e os jornalistas Galeão Carvalho e Gastão Bousquet." Sobre o apoio dos abolicionistas paulistas a Rui Barbosa e à Confederação Abolicionista, ver troca de telegramas, em 1890, entre Antônio Bento (e seus caifases), e João Clapp. In: Américo Jacobina Lacombe, Eduardo Silva e Francisco de Assis Barbosa. *Rui Barbosa e a Queima dos Arquivos*. Brasília/ Rio de Janeiro: Ministério da Justiça/ FCRB, 1988, p. 115.

formosíssimas, filhas da civilização, primores nascidos e criados à custa de cuidados sem conta".⁴

Como o liberto Quintino de Lacerda, do quilombo do Jabaquara, o imigrante Seixas também era muito bem relacionado. Além da cumplicidade que tinha com os grupos abolicionistas do Rio, contava com a proteção da própria Princesa Isabel. Pelo menos o homem fornecia suas camélias, em bases regulares, ao Palácio das Laranjeiras, hoje sede do governo do Estado do Rio de Janeiro. As camélias do Leblon enfeitavam não apenas a mesa de trabalho da Princesa como ainda sua capela particular, onde se apegava a Deus e fazia suas orações. Para esse serviço simbólico, o Seixas reservava, é claro, as mais belas camélias de seu quilombo.

Tudo isso pode parecer muito interessante, mas, se pensarmos bem, a simples existência de um quilombo como o do Leblon, assim tão atuante e tão simbólico, não podia deixar de ser um escândalo público permanente, perpetrado nas barbas da polícia. O quilombo do Leblon era uma espécie de ícone do movimento abolicionista, uma de suas melhores bases simbólicas e um de seus trunfos para a negociação política. Por isso, às vezes, o Seixas não parece muito interessado em dissimular a existência do quilombo. Nem o Seixas nem os abolicionistas mais jovens. Estes, pelo contrário, lá promoviam ótimas festas de confraternização, batucadas memoráveis, dentro de todo o respeito, como aquela que aconteceu, por exemplo, no dia 13 de março de 1886, aniversário do Seixas. A turma abolicionista passou a noite toda na farra do Leblon e só se lembrou de voltar para casa altas horas da madrugada. E vinham eles em animada cantoria pelo caminho, os quilombolas na maior folga do mundo, tocando suas violas, e os abolicionistas aos gritos sediciosos de "vivam os escravos fugidos!" Isso durante todo o percurso a pé, do quilombo

⁴ Olavo Bilac. *Vossa Insolência*. São Paulo: Companhia das Letras, 1996, p. 219. Sobre a introdução da *Camellia Japonica*, ver: Manuel Pio Corrêa. *Dicionário das Plantas Úteis do Brasil e das Exóticas Cultivadas*. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1926, vol. 1, p. 424.

até chegar no Largo das Três Vendas (hoje, Praça Santos Dumont), na Gávea, onde ficava o ponto final do bondinho puxado a burro que os traria de volta à civilização.

Leblond, Jabaquara e Pai Filipe

Enquanto o quilombo tradicional se esconde, o quilombo abolicionista procura uma outra estratégia e tem na boa localização uma de suas características mais marcantes. Sabiam os quilombolas tirar vantagem da moderna rede de transportes urbanos que se implantou na segunda metade do século XIX. Não é certamente por acaso que tanto o quilombo do Jabaquara, na cidade portuária de Santos, quanto o quilombo do Leblon - dois quilombos abolicionistas clássicos - surgiram exatamente nas proximidades de estações terminais de bondes. Sabemos que os quilombos abolicionistas eram muito visitados por gente de idéias avançadas. Na verdade, um jovem abolicionista e/ou republicano não podia deixar de conhecer, pelo menos, um quilombo abolicionista. Silva Jardim, que era republicano exaltado, conhecia tanto o quilombo do Jabaquara quanto o do Leblon. Em suas memórias, somos inclusive convidados a fazer uma visita ao quilombo do Jabaquara, como se fosse um inocente passeio por arrabalde bonito e pitoresco. Primeiro, muito civilizadamente, podemos pegar o bonde no centro e seguir direto até o ponto final, em Vila Matias. Daí para a frente, é necessário seguir a pé por uma trilha até o quilombo.⁵ Também para ir ao quilombo do Leblon, no Rio, era preciso pegar o bondinho da Companhia Ferro-Carril do Jardim Botânico no Largo do Machado e seguir até o ponto final, no Largo das Três Vendas, freguesia da Gávea. Os bondinhos eram a melhor opção, sem dúvida, como podemos observar no utilíssimo Memorial fluminense do Comércio, ou folhinha de lembranças e de assentos diários, editado pela Casa Laemmert e usado por Rui Barbosa durante o ano decisivo de 1888. A passagem custava apenas \$400 réis, e os bondes saíam de vinte em vinte minutos, ou a intervalos ainda menores, aos domingos e feriados, quando a afluência de visitantes ao aprazível arrabalde aumentava substancialmente. A viagem era

⁵ Silva Jardim. Op. cit., p. 86-87.

agradabilíssima. Saía o bonde do Largo do Machado, atravessava a ponte sobre o Rio Carioca, no Catete, entrava na Rua Marquês de Abrantes, pegava a Praia de Botafogo até o fim, subia pela Voluntários da Pátria - passando a apenas uma quadra da casa de Rui Barbosa -, pegava Humaitá, Lagoa Rodrigo de Freitas, Boa Vista, Jardim Botânico, Olaria e, finalmente, Gávea. Daí para a frente era necessário também seguir a pé, ou pegar uma precária charrete do Seixas, até um certo "lugar chamado Leblond".⁶

Outro quilombo que sabia tirar proveito do ponto final dos bondes de Vila Matias, em Santos, era o quilombo de Pai Filipe. Apesar de fechar e unir forças com o quilombo do Jabaquara, Pai Filipe consegue manter a independência de seu quilombo. Aqui, os quilombolas viviam quase que inteiramente da mata. E forneciam lenha, madeira para construção e chapéus de palha para a comunidade em torno. Aos domingos, Pai Filipe abria o quilombo aos abolicionistas mais informados, ou mais animados, que lá podiam apreciar o autêntico samba-de-roda, em sua formação mais tradicional (somente com tambaque, pandeiro e chocalho), a dança da umbigada e o melhor quentão de Vila Matias. Resistência armada, e, ao mesmo tempo, resistência cultural, o samba-de-roda do Pai Filipe acabou se impondo como um dos melhores programas abolicionistas da cidade, o ponto onde muitos, como o jovem Carlos Vitorino, iam buscar "distração" da vida dura.⁷

Dadas as cumplicidades sociais, era quase impossível dar combate a um quilombo abolicionista. O Jabaquara, por exemplo, nunca foi enfrentado com o mínimo de eficácia; o mesmo com o quilombo de Pai Filipe e, muito especialmente, com o do Leblond, que era tido e havido como a menina dos olhos de todo abolicionista radical. Quando do aniversário

⁶ Memorial Fluminense de Comércio, ou Folhinha de Lembranças e de Assentos Diários. Rio de Janeiro: Laemmert, 1888, p. 65. Exemplar pertencente a Rui Barbosa e anotado por ele. Arquivo Histórico da FCRB, DP 22 (00.00.1888).

⁷ Carlos Victorino. Santos: Reminiscências (1875-1898). São Paulo: 1904, p. 65. Apud Ana Lúcia Duarte Lanna. Op. cit., p. 168.

do Seixas, por exemplo, lá estiveram Joaquim Nabuco, José do Patrocínio, João Clapp e muitos outros abolicionistas. Além das festas, uma outra boa evidência de que o Seixas não estava preocupado em esconder a existência do quilombo pode ser encontrada na subscrição popular que ofereceu uma pena de ouro à Princesa Regente, a fim de assinar a lei da Abolição. A lista é encabeçada pelo diretor da Revista Ilustrada, o abolicionista Angelo Agostini, e traz, entre seus signatários, todas pessoas físicas, uma entidade coletiva, o "Quilombo Leblond", como aparece escrito, e que todo mundo sabia tratar-se do Seixas das malas.⁸

Quando o chefe de polícia, desembargador Coelho Bastos, o temido "rapa-coco", quis agir e pôr um fim à cantoria abolicionista que se fazia na Gávea, no ponto final dos bondes, o Seixas foi protegido pela própria Princesa Isabel e, por trás dela, pelo Imperador do Brasil, que, segundo consta, teria pedido ao Barão de Cotegipe, seu primeiro-ministro, que encerrasse o caso sem maiores formalidades ou investigações. O caso é narrado deliciosamente, com base na tradição oral da corte, por Pedro Calmon e Lourenço Luís Lacombe.⁹

A Princesa Isabel também protegia escravos fugidos em Petrópolis. Temos sobre isso o testemunho insuspeito do grande abolicionista André Rebouças, que tudo registrava em sua caderneta implacável. Só assim podemos saber hoje, com dados precisos, que no dia 4 de maio de 1888, "almoçaram no Palácio Imperial 14 africanos fugidos das fazendas circunvizinhas de Petrópolis". E mais: todo o esquema de promoção de fugas e alojamento de escravos parecia ter sido montado pela própria Princesa. André Rebouças sabia de tudo

⁸ Revista Ilustrada. Rio de Janeiro, 13 maio 1888, p. 7; *ibid.*, 9 junho 1888, p. 7.

⁹ Pedro Calmon. A vida de D. Pedro II, o Rei Filósofo. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 1975, p. 247-48; Lourenço Luís Lacombe. Isabel: A Princesa Redentora (Biografia baseada em documentação inédita). Petrópolis: Instituto Histórico de Petrópolis, 1989, p. 223-24.

porque estava comprometido com o esquema. O proprietário do Hotel Bragança, onde André Rebouças se hospedava, também estava comprometido até o pescoço, chegando a esconder mais de trinta fugitivos em sua fazenda, nos arredores da cidade. O advogado Marcos Fioravanti era outro envolvido, sendo uma espécie de coordenador geral das fugas. Não faltava ao esquema nem mesmo o apoio de importantes damas da corte, como Madame Avelar e Cecília, Condessa da Estrela, companheiras fiéis de Isabel e também abolicionistas da gema. Às vésperas da Abolição final, conforme anotou Rebouças, já subiam a mais de mil os fugitivos "acolhidos" e "hospedados" sob os auspícios de Dona Isabel. André Rebouças, o intelectual negro de maior prestígio da época, fazia uma ponte entre o esquema de fugas montado pela Princesa, em Petrópolis, e o alto comando do movimento abolicionista, no Rio de Janeiro: o pessoal da Confederação Abolicionista, Joaquim Nabuco, de quem era amigo fraterno, Joaquim Serra, João Clapp, José Carlos do Patrocínio.¹⁰ "Hoje a regência pratica às escâncaras, em solenidades públicas, o acoitamento

¹⁰ André Rebouças. Diário 1888. Manuscrito. Arquivo Histórico do IHGB. Rio de Janeiro. Anotação do dia 4 de maio de 1888. Vejam-se ainda: dia 12 de maio: "Excedem a mais de 1.000 os Escravizados acolhidos a Petrópolis, hospedados pela Comissão Libertadora sob os auspícios de Isabel, a Redentora"; dia 13 de maio, falando da "indescritível" recepção da Princesa em Petrópolis, depois de assinatura da lei: "Trinta Ex-Refugiados na fazenda do proprietário deste Hotel formavam a sólida base dessa manifestação"; dia 17 de maio, depois do perigo passado, "Jantando no [Hotel] 'Globo' com Nabuco, Silveira da Mata (Barão de Jaceguai), Conde da Estrela e a Condessa Cecília, uma das mais devotadas Abolicionistas Amigas de Isabel". Ainda na anotação do dia 27 de maio: "Despedindo-me das duas Abolicionistas Companheiras de Isabel I, Mm. Avelar [ilegível] e Cecília, Condessa da Estrela." Ou ainda, no dia 29 de maio, às 8 horas da noite, quando esteve André Rebouças "em casa do Conselheiro Dória, com o Visconde de Paranaguá, oferecendo a D. Amanda Paranaguá Dória uma medalha do Jubileu do Papa para lembrança de seu concurso Abolicionista junto a Isabel I."

de escravos", constatava de passagem Rui Barbosa, como quem fala de assunto já conhecido por todos.¹¹

O quilombo de Petrópolis; o quilombo do Cupim, no Recife; o quilombo Carlos Lacerda, em Campos; o quilombo do Leblon; o quilombo Patrocínio; o quilombo Clapp; o quilombo do Jabaquara; o quilombo de Pai Filipe, entre outros, são quilombos abolicionistas, isto é, fazem parte já do jogo político da transição. Para o modelo anterior, o quilombo rompimento, o melhor exemplo será sempre o de mocambos guerreiros, como o mocambo heróico de Acotirene; o mocambo de Dambrabanga; o mocambo de Zumbi; o mocambo de Aqualtune, sua mãe; o mocambo de Andalaquituche, seu irmão; a Cerca de Subupira; a Cerca Real do Macaco e toda a vasta confederação a que chamamos Palmares.

Movimento e a semiótica abolicionista: "um mimoso bouquet de camélias artificiais"

Com a proteção do Imperador, felizmente, o quilombo do Leblon nunca chegou a ser investigado, continuando a Princesa Isabel a receber calmamente os seus ramalhetes de camélias subversivas. E com isso crescia barbaramente o poder simbólico das camelliaceas na vida política do País, sobretudo das que pudessem ser identificadas como "camélias do Leblon" ou "camélias da Abolição". Na guerra simbólica que se instaura, uma ou outra vez, a própria Princesa ousou aparecer em público - o que era sempre notado pelos que conheciam o código - com uma dessas flores do Leblon a lhe adornar o vestido. No auge da campanha abolicionista, passou a Princesa a organizar, em Petrópolis, suas famosas "batalhas de flores", onde eram arrecadados fundos com propósitos abolicionistas. No dia 12 de fevereiro de 1888, por exemplo, apesar da tempestade que desabou bem na hora, a

¹¹ Rui Barbosa. "Aos Abolicionistas Baianos", discurso proferido no Teatro São João, em Salvador, na manifestação promovida pela Sociedade Libertadora Baiana e outras associações abolicionistas, em 29 de abril de 1888. Cf. *Trabalhos Diversos*. Rio de Janeiro: MEC, 1965, p. 135-41. (*Obras Completas Rui Barbosa*, vol. 15, t. 1, 1888). Citação à p. 139.

feita foi "magnífica". A Princesa, o marido e os filhos percorreram as ruas da cidade em carro aberto, abrindo o préstito e promovendo o bando precatório dos abolicionistas, que ia de casa em casa recolhendo donativos em prol da libertação dos cativos.¹² Tais "batalhas de flores", na verdade, sinalizavam claramente o apoio pessoal da Princesa à proposta de abolição imediata. O escândalo não podia ser maior, tanto que o Barão de Cotegipe, o último baluarte do regime, atribuía sua queda, em março de 1888, não ao movimento abolicionista em si, que o barão classificava como mera "arruaça", mas ao apoio da Princesa ao movimento, a que o barão se refere, muito sutilmente, como "batalha das flores". "Dizem que as arruaças fizeram cair o Ministério. Em parte têm razão, porque se não foram a causa, foram o pretexto." E resumia com toda clareza: "A causa real vem da batalha das flores e tudo se liquidará em tempo oportuno."¹³ Se o Barão de Cotegipe caiu por causa da "batalha das flores", seu sucessor, o Conselheiro João Alfredo, subiu a Petrópolis exatamente para assistir à maior de todas, o grande final dessas festas abolicionistas, que teve lugar no Palácio de Cristal, no dia 1º de abril de 1888, quando a Princesa, auxiliada pelos pequenos príncipes, fez entrega de nada menos que 103 títulos de liberdade.¹⁴ O simbolismo das flores estará presente até na hora da assinatura da lei, no dia 13 de maio, quando se aproximou da Princesa o presidente da Confederação Abolicionista,

¹² F.D. [pseud. Franklin Dória]. "As Festas da Emancipação". Correio Mirim, Rio de Janeiro, 20 fev. 1888, p. 1.

¹³ Carta de João Maurício Wanderley, Barão de Cotegipe, a João Ferreira de Araújo Pinho. Rio de Janeiro, 19 de março de 1888. Arquivo Histórico do IHGB, Lata 548, Doc. 83.

¹⁴ Além do Presidente do Conselho, estiveram presentes o Ministro do Império, Conselheiro Costa Pereira; o Ministro da Agricultura e Obras Públicas, Conselheiro Rodrigo Silva; o corpo diplomático e os abolicionistas José do Patrocínio e André Rebouças. Alcindo Sodré, "Palácio de Cristal", Centenário de Petrópolis, vol. 2, p.103. A ata da cerimônia foi lavrada por José da Silva Costa, e encontra-se no Arquivo Histórico do Museu Imperial de Petrópolis.

João Clapp, e lhe fez entrega, solenemente, de um "mimoso bouquet de camélias artificiais". E, logo em seguida, quando se aproximou também o imigrante Seixas, honrado fabricante de malas, que passou às mãos da Princesa um outro belíssimo buquê de camélias. Desta feita, contudo, camélias naturais, vindas diretamente do quilombo do Leblon. Tal buquê, vindo de onde veio, representava, na opinião de Rui Barbosa, como de qualquer abolicionista radical, "a mais mimosa das oferendas populares".¹⁵

Na verdade, a hoje aparentemente insuspeita camélia, fosse natural ou artificial, era um dos símbolos mais poderosos do movimento abolicionista. Era o símbolo da ala radical, o grupo que partiu, na década de 1880, para a ação direta contra o regime e a criação de quilombos. A flor servia, inclusive, como uma espécie de código através do qual os abolicionistas podiam ser identificados, principalmente quando empenhados em ações mais perigosas ou ilegais, como o apoio de fugas e obtenção de esconderijo para os fugitivos. Um escravo de São Paulo, por exemplo, que desse às de vila-diogo e viesse parar no Rio de Janeiro, podia identificar imediatamente os seus possíveis aliados, já na plataforma de desembarque da Estação Central, simplesmente pelo uso de uma dessas flores no peito, do lado do coração. Caso o fugitivo não tivesse os aliados certos e ignorasse totalmente os princípios básicos dessa semiótica política, dificilmente poderia contar com a proteção da ativíssima Confederação Abolicionista, fundada em 1883, cujo programa era, exatamente, combater o regime. Caso conhecesse a linguagem secreta, não é preciso dizer que acabaria devidamente abrigado no quilombo do Leblon.¹⁶

¹⁵ Gazeta de Notícias. Rio de Janeiro, 14 maio 1888, p. 2; Rui Barbosa, "A Lição da Hora", Gazeta da Tarde, Rio de Janeiro, 19 maio 1888, p. 1. Republicado em: Trabalhos Diversos. Rio de Janeiro: MEC, 1965, p. 143-47. (Obras Completas de Rui Barbosa, vol. 15, t. 1, 1888). Citação à p. 146.

¹⁶ Como foi o caso, por exemplo, do escravo Godofredo, que fugiu de Campinas já de combinação com os abolicionistas locais e foi parar no quilombo do Leblon. O proprietário processou judicialmente o Seixas, mas sem resultado. Cf. Arquivo Nacional. Juízo de Direito da 2ª Vara. Ano: 1887; Réu: José de Seixas

A Vila e o jardim: uma possível sobrevivência do quilombo do Leblon

A camélia era bem o símbolo da Confederação Abolicionista e de seus métodos de ação. Usar uma camélia na lapela, ou cultivá-la acintosamente no jardim de casa, era uma quase confissão de fé abolicionista. Alguns pés remanescentes desse tempo simbólico ainda podem ser encontrados em jardins de velhos casarões do Rio de Janeiro e, possivelmente, de outras cidades. Petrópolis, por exemplo, antes de ser a "cidade das hortênsias", foi, no final do século XIX, a "cidade das camélias", sendo de especial importância simbólica as que se encontravam nuns prazos de terra conhecidos como "Chácara das Camélias", onde hoje funciona o SENAI, e nos jardins do palácio da Princesa Isabel.¹⁷ Talvez por todo esse valor simbólico, mesmo depois de terminada a campanha, o abolicionista Rui Barbosa tenha feito questão de plantar pelo menos três pés de camélia, quando se mudou para sua casa definitiva, em 1895. E parece ter reservado para eles o espaço mais nobre de seu jardim. Os dois primeiros pés foram plantados bem na frente da casa, para serem vistos da rua e do varandão da sala, ladeando - como que emoldurando - o centro simbólico da casa, uma escultura de concreto, que Rui já encontrou lá, onde uma águia (representando o poder, o mérito ou a majestade, não se sabe ao certo), com suas asas abertas, seu bico e suas garras poderosas, imobiliza a serpente do mal. Desse equilíbrio tenso entre o céu e a terra, da boca da serpente, no tempo de Rui, brotava um repuxo d'água que ia cair no laginho em

Magalhães; Autor: Ricardo Gumbleton Damites. Natureza: Precatória. Processo Número 1320; Caixa 1039; Galeria A. Aparentemente o Seixas já acoitava escravos no centro da cidade do Rio de Janeiro mesmo antes de adquirir terras no distante arrabalde "Leblond". Em 1869, pelo menos, envolveu-se com a fuga de uma certa Alexandrina, baiana, 13 anos, que, simplesmente, desapareceu na cidade do Rio de Janeiro. Cf. Arquivo Nacional, Juízo Municipal de 1ª Vara. Ano: 1869; Réu: José de Seixas Magalhães; Autor: Antônio Joaquim Pacheco; Natureza: Justificação. Processo Número 405; Caixa 24-A; Galeria C.

¹⁷ Agradeço a Maria de Fátima de Moraes Argon, do Museu Imperial, as informações sobre a tradição oral de Petrópolis. Maio de 1999.

frente, constituindo-se o ponto focal do jardim.¹⁸ O terceiro pé de camélia foi plantado bem à janela do quarto de dormir de Rui, no flanco esquerdo da casa, o caminho natural de quem penetra a intimidade da Vila Maria Augusta. Lá estão até hoje, a florir no seu tempo certo, de maio a agosto, estas mesmas três respeitáveis senhoras abolicionistas, documentos vivos da história do Brasil. Foram ali plantadas, podemos perfeitamente supor, para marcar bem a casa, para serem vistas da rua ou do varandão da sala de visitas. São objetos simbólicos, um tipo de atestado ideológico do proprietário, homem de profunda convicção liberal e abolicionista.

Rui Barbosa era um homem tão organizado em seus estudos quanto no controle de sua contabilidade pessoal. Dia após dia, ele anotava metodicamente todas as despesas, grandes ou pequenas, em cadernetas especiais, que mantinha sempre à mão. Tais cadernetas, preservadas no Arquivo Histórico da FCRB, constituem uma documentação única para a história social do cotidiano, em particular em sua vertente cultural. Lá estão, em anotações

¹⁸ O caráter simbólico da escultura foi notado desde os tempos de Rui Barbosa. Virgínia Cortes de Lacerda e Regina Monteiro Real. Rui Barbosa em Haia; Cinquentenário da Segunda Conferência da Paz (1907-1957). Rio de Janeiro: Casa de Rui Barbosa, 1957, p. 103, nos informam que, quando ganhou o epíteto de Águia de Haia, "Rui Barbosa pensou em suprimir tal ornamento, que poderia parecer propositado e prova de falta de modéstia". Para as autoras a escultura é uma "curiosa profecia". Para Edgar Batista Pereira, A Casa de São Clemente. Rio de Janeiro: Casa de Rui Barbosa, 1949, p. 14, trata-se da "representação simbólica da luta em que se empenhou [Rui Barbosa] a vida inteira contra os reptis do ódio, da calúnia, da incompreensão, da inveja, do erro, da injustiça, da perseguição". Cecília Meireles, ao examinar a mesma "escultura simbólica", se pergunta: "De quem podia ser aquela casa, senão tua? Na verdade, tal como as roseiras, aquele símbolo se ajustava à sua vida. Sol que seca os pântanos, águia que destrói as serpentes". Cf. Rui, Pequena História de uma Grande Vida. Edição comemorativa do centenário de Rui Barbosa. Rio de Janeiro: Casa de Rui Barbosa, 1949, p. 92. Também a Antônio Carlos Vilaça não escaparia a desconcertante simbologia, "uma espécie de predestinação" (...) "um símbolo da sua mesma luta, da vida inteira." Cf. "O Ninho da Águia de Haia". In: FCRB. Rui, Sua Casa e Seus Livros. Rio de Janeiro: 1980, p. 165-75. Citação à p. 166.

objetivas, a remuneração do pessoal da casa e do jardim, o dinheiro das despesas do dia-a-dia, que ia repassando a Dona Maria Augusta, e mesmo os trocados que gastava com jornais, passagens de bonde, barbeiro, esmolos, gorjetas, tudo. Graças à boa ordem das cadernetas de Rui Barbosa, podemos acompanhar hoje, com dados precisos, o amor e o interesse daquele homem por seu jardim. Desde sua volta do exílio, no final de 1895, já o encontramos inteiramente envolvido com a formação de seu jardim. Claramente, na divisão do espaço doméstico, não apenas a biblioteca, mas também o jardim, eram de Rui Barbosa. Assim, desde o dia 18 de novembro de 1895, mal chegava de Londres e punha os pés na nova residência - aquela que seria sua casa definitiva - já estava Rui absorvido com a compra de "parasitas" (na verdade, orquídeas), "sementes" e "plantas", num total de 67\$900 de despesa. No mês seguinte, dezembro, novas aquisições de "plantas" e ainda o "feitio [do] jardim", subindo as despesas a 194\$000. No ano seguinte, 1896, Rui Barbosa parece arregaçar as mangas e dedicar-se de alma inteira à formação do jardim de seus sonhos. Os gastos vão sendo anotados meticulosamente. Já no dia 5 de janeiro desembolsou o Conselheiro nada menos que 583\$000 com os itens "operários jardim", "bacia jardim" e "materiais jardim". Despesas com "plantas", "sementes" ou "roseiras" passam a ser fatos rotineiros na vida de Rui Barbosa. Assim foi nos dias 16, 19, 26 e 29 de janeiro de 1896, o mesmo se repetindo nos dias 2 e 28 de abril; 12 de maio; 6 de setembro e 23 de dezembro, num total nada desprezível de 492\$000 de despesa. Ainda em 1896, gastos com "transporte de estrume" e "estrume e capim" chegaram a 221\$000; despesas com "trabalhadores Jardim", "João Silveira, jardineiro" e com apetrechos finos da Belle Jardinière, somariam outros 522\$500.¹⁹

¹⁹ Arquivo Histórico da FCRB. DP 2 (28) 00. 00. 1895. Sobre o amor de Rui pelas plantas, ver, em especial, o depoimento de Carlos Viana Bandeira. Lado a Lado de Rui (1876 a 1923). Rio de Janeiro: MEC, 1960, p. 9, 11, 13, 61 e passim; e Rejane Mendes Moreira de Almeida Magalhães. Rui Barbosa na Vila Maria Augusta. Rio de Janeiro: FCRB, 1994, p. 67-69.

No ano seguinte, 1897, estando a estrutura básica do jardim já pronta, pôde dedicar-se Rui Barbosa, com mais tempo, à expansão de sua coleção de "orquídeas", "plantas" e "parasitas", que foi adquirindo, em casas especializadas, nos dias 14 e 24 de fevereiro; 10 de março; 24 e 30 de abril; 15 de junho e 24 de novembro, num total de 176\$000 de despesa. Somem-se a isso os gastos de rotina com a manutenção, com os salários dos jardineiros (pagos em fevereiro, abril e setembro, num total de 36\$000), além de nova dose substancial de "estrume", em julho, no valor de 240\$000. De novo, em 1898, as despesas começam no dia 13 de janeiro, com a compra de "filtro e regador", por 27\$500, e continuam com repetidas aquisições de "parasitas" e "palmeiras". Isso nos dias 21 e 31 de janeiro; 17, 21 e 29 de abril e, finalmente, 10 de maio de 1898, mês em que cessam as anotações. Aqui, como nos anos anteriores, não conseguimos encontrar uma única menção, ligeira que fosse, à compra de camélias. Refere-se Rui Barbosa, explicitamente, apenas à aquisição de "orquídeas", "rosas", "plantas", "palmeiras" ou "parasitas". Sobre as simbólicas e especialmente privilegiadas camélias, nem uma só palavra. Caso não tenham sido adquiridas sob o título genérico e improvável de "plantas", podemos aventar a hipótese de que tenham vindo ao jardim de Rui Barbosa não exatamente por compra, como as demais espécies, mas como presente, mimo, algum tipo de homenagem. Se, finalmente, atentarmos para o fato de que Rui, o intelectual, foi amigo a vida toda de Seixas, o maleiro, não seria impossível imaginar que aquelas mesmas respeitáveis senhoras abolicionistas, sobreviventes de uma grande época, possam ter vindo, como mudas, do legendário quilombo do Leblon. Seriam, então, legítimas "camélias da Abolição".

"A escravidão é um roubo: roubo direto, positivo, material, pecuniário"

O apoio de fugas e quilombos tinha de ser, por sua própria natureza, uma atividade sigilosa. Hoje, pode até parecer romântico, mas na época era uma atividade ilegal e perigosa, sujeita aos rigores da lei. Por isso, tirante o Seixas e a turma mais descompromissada, os demais abolicionistas procuravam manter uma certa e inevitável discrição no tocante ao quilombo, sinalizado apenas, por metonímia, através das camélias,

brancas ou rosadas, naturais ou artificiais, que exibiam na lapela do sobretudo ou, com igual elegância, no jardim da frente de suas residências.

É claro que, ontem como hoje, apenas a preferência por uma flor, por mais simbólica que seja, não pode ser tomada como "prova definitiva" de absolutamente nada, contra ou a favor de alguém. No caso das camélias, para que o indício se torne verdadeiramente significativo, é necessário examinar ainda o pensamento, as circunstâncias e práxis política do proprietário de um tal jardim.

A escravidão, como sabemos, não era apenas um "modo de produção", era também uma ordem político-jurídica secularmente estabelecida. Para Rui Barbosa, contudo, a ordem escravista não era apenas injusta ou moralmente condenável, como se dizia até então, era "ilegal". Mas como podia ser ilegal uma instituição que fazia parte, desde tempos imemoriais, da ordem estabelecida? O jovem Rui Barbosa, do alto de seus 20 anos, tentou uma resposta para esse difícil problema. Rui permaneceu fiel a essa resposta por toda a vida. Para ele, em síntese,

uma porção imensa da propriedade servil existente entre nós (mais de um terço), além de ilegítima, como toda a escravidão, é também ilegal, em virtude da Lei de 7 de novembro de 1831, e do regulamento respectivo, que declaram expressamente - "que são livres todos os africanos importados daquela data em diante".²⁰

Estávamos em 1869 e aquela era a primeira conferência abolicionista que se fazia em São Paulo. Todos, naquela platéia oitocentista, como, depois, na própria historiografia, tinham como certa a proibição do tráfico apenas a partir de 1850. O jovem Rui, contudo, com "a

²⁰ Conferência proferida no Clube Radical Paulistano, no dia 12 de setembro de 1869. Cf. Primeiros Trabalhos. Rio de Janeiro: MEC, 1951, p. 172-73 (Obras Completas de Rui Barbosa, vol. 1, t. 1, 1865-1871).

petulância de um estudante"²¹, simplesmente defendeu que aquela velha lei de 1831, assinada pelo padre Diogo Antônio Feijó, apenas com a intenção de dar cumprimento aos acordos internacionais assumidos com a Independência; aquela pobre lei que já nasceu esquecida, feita, como se passou a dizer, "apenas para inglês ver"; aquela pobre lei continuava em pleno vigor, não tendo sido jamais revogada. Para Rui Barbosa, então, desde 1831 até 1850, isto é, todo o tráfico de escravos em seu auge não era senão crime de pirataria. Os escravos introduzidos desde então, bem como os seus descendentes, eram, na verdade, à luz da própria lei do país, homens livres, vítimas de cativeiro indevido. Assim, Rui Barbosa, o paladino da lei, em defesa da lei, tornou-se um abolicionista radical, um abolicionista como nunca houve, um "abolicionista da classe dos comunistas", ou "socialistas", como tantas vezes foram acusados Rui e seus companheiros políticos pelo Barão de Cotegipe.²²

Para Rui, se a ordem escravista aceitava a fraude, o escárnio da Lei de 1831, todo o sistema estava irremediavelmente sob suspeita. Mais que isso: estava fora da lei. Na verdade, foi exatamente essa idéia básica, formulada pela primeira vez em 1869, que permitiu o surgimento, na década de 1880, do abolicionismo radical, cujo melhor exemplo é a Confederação Abolicionista, fundada em 1883, e cujo slogan - "a escravidão é um roubo" - já dizia tudo. Tal slogan não vinha exatamente de Proudhon, como se pode imaginar, mas daquela conferência do jovem Rui Barbosa.²³

²¹ A expressão é do próprio Rui, já maduro, refletindo sobre aquele talvez imprudente episódio da juventude. Obras Completas de Rui Barbosa, vol. 36, t. 1, 1909, p. 216.

²² Brasil. Anais do Senado Federal. Rio de Janeiro: Typ. Nacional, 1888. Sessão de 19.06.1888, p. 107.

²³ Osório Duque-Estrada. Op. cit., p. 25; Américo Jacobina Lacombe. "Rui e a Abolição". O Abolicionista Rui Barbosa. Ed. comemorativa do Centenário da Abolição. Rio de Janeiro: Fundação Casa de Rui Barbosa, 1988, p. 72.

Desde que a escravidão estava fora da lei, era então possível um combate sem trégua ao sistema. Era possível a ação direta, o apoio às fugas e à formação de colônias de fugitivos. O que antes parecia crime de "acoitamento", furto de propriedade alheia, passou a ser percebido como uma espécie de ato meritório, o dever moral de salvar homens livres das garras de piratas e bandidos. Depois de Rui, todos os sinais pareciam trocados. O sistema, a ordem secularmente estabelecida, transformara-se em crime de extorsão; o abolicionismo prático, que era crime, passou a ser virtude.

O velho paradigma ideológico fora finalmente rompido e nada parecia ser exatamente o que era antes. "Estão trocados os lugares entre nós e vós", declarou Rui Barbosa, de dedo em riste, em sua conferência no Teatro Lucinda, no Rio de Janeiro, dia 7 de novembro de 1885. O teatro transbordava de gente. "Nós" era o pessoal da Confederação Abolicionista, ou seja, a platéia; "vós" eram os defensores do sistema social vigente.

Nós somos a consciência cristã e a consciência nacional, o saque sois vós, o saque ungido em instituição legal; porque os encobridores oficiais dos furtos cometidos contra a Lei de 7 de novembro, a ciganagem que ainda se quer locupletar com os sobejos de vinte anos de contrabando humano [1831-1850], incorre em tríplice roubo: roubo moral de centenas de milhares de liberdades; roubo de lesa-pátria contra a honra nacional, penhorada nos tratados; mas também roubo direto, positivo, material, pecuniário, do capital metálico que essa soma de cativeiros ilegais representa.²⁴

Era Rui Barbosa, em um dos seus melhores momentos, em defesa de seu ponto-chave: a escravidão, no Brasil, era um roubo em todos os sentidos, "roubo direto, positivo, material, pecuniário". Para ele, a indenização dos proprietários - fosse em dinheiro ou tempo de

²⁴ Rui Barbosa. "Comemoração da Lei Rio Branco". In: Abolicionismo. Rio de Janeiro: FCRB, 1988, p. 212 (Obras Completas de Rui Barbosa, vol. 12, t. 1, 1885).

serviço - parecia totalmente inaceitável. Era o mesmo que compactuar com a pirataria. Era, moralmente, uma espécie de cumplicidade com o próprio crime que se queria combater.

"Quem nos definirá... o que seja acoitar escravos?"

Essas mesmas idéias servirão de base, em 1884, para o chamado Projeto Dantas - na verdade, como se sabe, "Projeto Rui Barbosa" -, onde se pretendia não apenas dar liberdade aos escravos de 60 anos, mas, principalmente, como salientou Homero Senna, consagrar o princípio jurídico da emancipação sem indenização. O Projeto pretendia ainda, através de uma nova matrícula geral, descobrir (para libertar) os escravos introduzidos ilegalmente, isto é, depois de 1831. A reação dos proprietários, tanto liberais quanto conservadores, foi fulminante, motivando, em poucos meses, a queda do Ministério e a dissolução da Câmara.²⁵

Pouco depois da queda, quando os abolicionistas promoveram uma grande sessão pública de desagravo ao Ministério que saía, Rui irá lembrar da tribuna, exatamente, que aquelas suas idéias não eram na verdade novas; que ele as tinha e defendia desde os tempos de estudante, em São Paulo, quando pôs-se, pela primeira vez, "com a Lei de 7 de novembro [de 1831] em punho, contra a ilegalidade impune, vitoriosa, opulenta do cativo, sacudindo a verdade inflamada do direito às faces da pirataria triunfante sobre as ruínas da lei e dos tratados".²⁶

²⁵ Cf. Rui Barbosa. Emancipação dos Escravos. O Projeto Dantas (dos sexagenários) e o parecer que o justifica. Apresentação de Homero Senna; prefácio de Astrojildo Pereira. Rio de Janeiro: FCRB, 1988, p. 7-8.

²⁶ Rui Barbosa. "Confederação Abolicionista. Homenagem ao Patriótico Ministério Dantas" (Conferência no Teatro Politeama do Rio de Janeiro a 7 de junho de 1885). In: Abolicionismo, cit., p. 141-69.

Quem assim se pronunciava, em manifestação política promovida pela Confederação Abolicionista, parece, ipso facto, admitir o seu apoio ao quilombo do Leblon, onde a mesma Confederação, como era público e notório em 1885, costumava abrigar os fugitivos sob sua responsabilidade e patrocínio. Rui, aliás, já iniciara esta importante conferência - talvez a mais reveladora de suas conferências -, agradecendo efusivamente à Confederação Abolicionista, para ele não apenas "benemérita da pátria", mas "benemérita da humanidade". E quanto ao projeto do novo Gabinete, o Projeto Saraiva, que pretendia impor multas de até um conto de réis aos que ousassem acoitar escravos e apoiar quilombos como o do Leblon, Rui mostrou-se absolutamente indignado. Esta disposição, em particular, na opinião de Rui Barbosa, era "inenarravelmente odiosa". Para ele, desde que a escravidão não respeitava as leis do país, o apoio às fugas e aos quilombos já não podia ser crime; era, ao contrário, o restabelecimento pleno da lei e da justiça. O próprio ato de fugir não era crime, era uma "defesa natural", era a "incoercível revolta do instinto". Era o velho mundo de cabeça para baixo. A mudança de paradigma ideológico chega a tal ponto que Rui Barbosa, um lexicólogo assaz competente, um dos pais da língua, afeta dificuldades intransponíveis na definição de palavras de uso corriqueiro, como, por exemplo, o verbo acoitar. "Quem nos definirá, por uma fórmula honesta e segura, o que seja acoitar escravos?", perguntava ele ao Politeama extasiado. Tanto para o orador como para aquela platéia, acoitar escravos parecia já um ato meritório. E Rui perguntava: "Franqueardes a hospitalidade do vosso lar ao oprimido, que se vos prostrou aos pés com a lividez do terror nas faces, será incorrer em delito?" Não, pensava ele, "porque a jurisprudência universal tem reconhecido na evasão um legítimo impulso da natureza". Por isso, dar abrigo e agasalho aos fugitivos não era senão caridade, virtude que lei alguma ousaria proibir. Rui falava para uma platéia ligada à Confederação Abolicionista, uma instituição notoriamente ligada à promoção de fugas de escravos e ao apoio ao quilombo do Leblon. Por isso, a clareza de suas idéias e a explosão final dos aplausos, registrada pelos taquígrafos. Entre o conferencista e a Confederação parecia haver uma comunhão perfeita e ninguém, ali, com multa ou sem multa, parecia disposto a abandonar a ação direta contra o regime. "Eu quisera saber se há, neste auditório, um covarde

bastante vil, para obedecer a tal lei", desafiava Rui Barbosa sob os aplausos cerrados da audiência. E continuava com toda a clareza possível:

De mim vos digo: eu aborreceria meus filhos, e rejeitaria de minha alma a cara companheira de minha vida, se eles e ela não fossem os primeiros a estender sobre a cabeça do perseguido as asas tutelares dessa simpatia onipotente, de que têm o segredo as mulheres e os anjos. (Repetidos aplausos.) E se a lei, essa lei nefanda, batesse à minha porta para arrancar-me o foragido, e restituí-lo aos seus torturadores, eu diria ao escravo: 'Resisti!', e os cães da lei perversa não penetrariam no meu domicílio senão como salteadores, pelo arrombamento e pelo sangue. (Repetidos aplausos.)²⁷

Esta, sem dúvida, parece ser uma linguagem de quem apóia, ou, se não apóia, admite do mais profundo de sua alma, a possibilidade de vir a apoiar um quilombo como o do Leblon, do Jabaquara ou de Pai Filipe. Não é de estranhar, portanto, que o velho Politeama tenha chegado quase ao delírio, terminando a conferência aos vivas, "aclamações estrondosas, repetidas e prolongadas". Tampouco é de estranhar que, ao final, tenha sido o orador longamente "abraçado pelos membros da Confederação Abolicionista".²⁸

A tese da "ilegalidade" da escravidão brasileira, a glorificação da resistência ao cativo injusto, tudo permitia aquela comunhão perfeita entre Rui Barbosa e o pessoal da Confederação Abolicionista. A "ilegalidade" do sistema e, portanto, a idéia de não pagar indenização aos proprietários, continuaria a unir aqueles homens - os abolicionistas radicais, os "abolicionistas da classe dos comunistas" - mesmo depois da Abolição. Em 11 de novembro de 1890, quando o ministro da Fazenda Rui Barbosa indeferiu a criação de um banco especificamente para indenizar os ex-proprietários, a Confederação Abolicionista

²⁷ Ibid., p. 162-63.

²⁸ Ibid., p. 169.

organizou imediatamente uma grande passeata "de industriais e operários", em apoio ao ato do ministro, além de mandar imprimir o despacho denegatório em luxuoso papel da Holanda e letras de ouro.²⁹

E, de novo, um mês depois, no dia 14 de dezembro de 1890, quando Rui Barbosa quis pôr um fim nas pressões "indenizistas", simplesmente mandando queimar as provas de propriedade existentes no Ministério da Fazenda, o presidente da Confederação Abolicionista, João Clapp, será citado no próprio texto da Decisão Ministerial como membro principal da comissão encarregada dos trabalhos de "queima e destruição imediata" dos documentos.³⁰

E cinco dias depois, quando se realizou a primeira queima efetiva de documentos, embora o ministro não tenha podido estar presente, lá estavam, solenes e emocionados, como se estivessem lavando a História de suas mazelas, o presidente da Confederação, João Clapp, e o comandante-em-chefe do quilombo do Leblon, o fabricante de malas José de Seixas Magalhães.³¹

O jurista e o quilombola: "meu correligionário o Sr. Seixas"

As hipóteses que vimos desenvolvendo neste pequeno trabalho podem ser de algum interesse, não apenas para os estudos ruianos, ou do movimento abolicionista, mas ainda para a história cultural, permitindo explorar áreas comuns de pensamento - as mentalidades

²⁹ Arquivo Histórico da FCRB. Série Ministério da Fazenda, Doc. 111. Para uma reprodução desse documento e um dossiê mais amplo, ver: Américo Jacobina Lacombe, Eduardo Silva e Francisco de Assis Barbosa. Op. cit., p. 28, 37, 43 e passim.

³⁰ Ministério da Fazenda. "Decisão s/n de 14 de dezembro de 1890". In: Obras Completas de Rui Barbosa, vol. 17, t. 2, 1890, p. 338-40.

³¹ Cf. Diário de Notícias. Rio de Janeiro, 20 dez. 1890, p. 1.

coletivas, como queriam os franceses -, a unir, num determinado momento histórico, um imigrante de poucas letras, chefe de quilombo abolicionista, e um intelectual de renome, membro proeminente da elite política brasileira. Homens aparentemente tão diferentes em tudo, mas unidos pelos sentimentos de liberdade e abolicionismo radical. Até 1888, durante o período mais acirrado da luta, tal aliança parece pedir certa discrição de ambas as partes. Mas, logo depois do 13 de maio, com a Abolição consumada, refere-se Rui Barbosa, pela primeira vez, às "camélias brancas" do quilombo do Leblon e ao "Sr. Seixas", a quem chama, com todas as letras, "meu correligionário".³²

Rui não poderia ter sido mais claro. O Seixas, da mesma forma, parece ter mantido uma admiração constante pelo homem público Rui Barbosa, mesmo depois da Abolição. Em novembro de 1890, com o intuito de demonstrar o apoio de seu quilombo à atuação do ministro da Fazenda, Seixas encomendou ao calígrafo H. Santos, um dos melhores da cidade, a confecção de um artístico diploma em homenagem a Rui Barbosa, "a mais possante mentalidade do Governo Provisório", "o prodigioso sustentador do crédito da República e o desveladíssimo Protetor da Indústria Nacional". Assinam o documento, além do próprio Seixas, "seus empregados e os operários de sua fábrica de malas".³³

Um mês depois, como vimos, o chefe do quilombo do Leblon apoiou sem reservas a Decisão ministerial de 14 de dezembro de 1890, em que Rui Barbosa mandou queimar os documentos relativos à escravidão e, cinco dias depois, fez questão de estar presente na

³² Rui Barbosa. "A Lição da Hora". *Gazeta da Tarde*. Rio de Janeiro, 19 maio 1888, p. 1. Republicado em: *Trabalhos Diversos*. Rio de Janeiro: FCRB, 1965, p. 143-47. (*Obras Completas de Rui Barbosa*, vol. 15, t. 1, 1888). Citação à p. 146.

³³ Arquivo Histórico da FCRB. RB-MF 5/7 (452) 9. 11. 1890.

sede da Alfândega, onde se realizou "a primeira queima dos documentos e livros concernentes ao ignóbil tráfico de gente".³⁴

O Ministro e o maleiro, sem dúvida, conheciam-se bem. Para o Seixas, em carta escrita em 1894, depois que voltou para Portugal, Rui Barbosa é o "Excelentíssimo e prezado amigo", "meu caro Rui", "meu dileto amigo Rui", "o meu amigo Rui Barbosa", e, mesmo, "o meu primeiro amigo no Brasil". Com relação à família Rui Barbosa - Dona Maria Augusta e os filhos -, o Seixas não apenas os conhecia pessoalmente, como por eles nutria "verdadeira estima".³⁵

O Seixas parecia um homem realmente dedicado ao velho companheiro de luta. Ainda em 1894, quando pretendeu edificar uma "cidade da Gávea", aproveitando-se dos muitos terrenos que ainda possuía em torno de seu antigo quilombo, pensou em fazer de Rui Barbosa nada menos que o presidente de tal empreendimento. "O meu amigo será o presidente dessa companhia, pois sem o saber é acionista e eu na qualidade de primeiro acionista desejo tê-lo ali, por ser o meu primeiro amigo no Brasil, e a primeira capacidade daquele grande país", escreveu ele em seu estilo característico.³⁶

Rui Barbosa não parece ter aceito o convite, fruto, talvez, apenas do entusiasmo do Seixas. Mas a amizade parece ter continuado a mesma entre os dois. Tanto que, poucos anos depois, complicando-se o empreendimento imobiliário, quando o Seixas precisou defender seus interesses junto a essa mesma "Companhia Cidade da Gávea", apressou-se em contratar os serviços profissionais exatamente de seu velho amigo e correligionário

³⁴ Ver acima notas 29-31.

³⁵ Carta de José de Seixas Magalhães a Rui Barbosa. Braga (Portugal), 27 de dezembro de 1894. Arquivo Histórico da FCRB, CR 855/6 (1).

³⁶ Ibid.

abolicionista. Pelo contrato, que é de 3 de junho de 1898, o advogado Rui Barbosa se compromete a patrocinar e defender os direitos e interesses do ex-chefe quilombola, o Sr. José de Seixas Magalhães.³⁷

³⁷ Contrato de Rui Barbosa com José de Seixas Magalhães. Rio de Janeiro, 3 de junho de 1898. Arquivo Histórico da FCRB. RB-MF 5/7 (452) 9.11.1890.